

Inclusão educacional, laudo médico e TEA: Estudo de caso à luz do conceito de defectologia de Vigotski

Educational inclusion, medical report and ASD:
Case study in light of Vygotsky's concept of defectology

Priscila dos Santos Rodrigues Silva Pincos¹; Jacqueline de Souza Gomes²

DOI: 10.51207/2179-4057.20240005

Resumo

Apresentamos um estudo de caso fruto de situação vivenciada por uma das autoras enquanto atuava como professora de um projeto de educação complementar, em 2019, destinado a crianças de 6 a 12 anos, no turno inverso ao escolar, em uma unidade do SESC RJ, na Baixada Fluminense. Diante do compartilhar da luta e do luto simbólico de uma mãe face ao recebimento de um diagnóstico/laudo para o seu filho de 7 anos, participante do projeto, buscamos refletir sobre o impacto que um laudo médico pode ocupar na simbologia do processo de aprendizagem de uma criança recém-diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e sobre os possíveis desdobramentos desse diagnóstico nos ambientes frequentados pela criança e sua família. Para tanto, como fundamentação teórica, trabalhamos em diálogo com os estudos de defectologia de Vigotski.

Unitermos: Laudo Médico. Defectologia. Vigotski. Educação Não Formal.

Summary

We present a case study resulting from a situation experienced in 2019, aimed at children aged 6 to 12, in the after-hours school, in a SESC RJ unit, in Baixada Fluminense. In view of sharing the struggle and symbolic mourning of a mother when faced with receiving a diagnosis/report for her seven-year-old son, a participant in the project, we seek to reflect on the impact that a medical report can have on the learning process symbology of a child recently diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD) and about the possible consequences of this diagnosis in the environments frequented by the child and his family. To this end, as a theoretical foundation, we work in dialogue with Vigotski's defectology studies.

Keywords: Medical Report. Defectology. Vigotski. Non-Formal Education.

Trabalho realizado a partir de uma vivência no Sesc ARRJ, São João de Meriti, RJ, Brasil.

Conflito de interesses: As autoras declaram não haver.

1. Priscila dos Santos Rodrigues Silva Pincos - Mestrado de Ensino em Educação Básica - Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2. Jacqueline de Souza Gomes - Doutora em Filosofia - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Introdução

Estudos vigotskianos¹ embasam nossos pensamentos pedagógicos/psicopedagógicos há bastante tempo. Apesar de escritos no início do século XX, Vigotski nos traz conceitos e reflexões que ecoam e nos direcionam as práticas até os dias atuais. Recentemente, por meio das tradutoras Zoia Prestes e Elizabeth Tunes, tivemos a oportunidade de revisar parte de suas obras traduzidas diretamente do russo para o português. Neste texto, destacamos os estudos do referido autor sobre defectologia a partir da sua obra “Problemas da Defectologia - volume I”, traduzida pelas referidas autoras, na qual Vigotski problematiza uma educação pública para todos os indivíduos a partir dos estudos na área da educação das pessoas com deficiência, por ele nomeada “defectologia”, como se segue:

Dentre as principais tarefas apresentadas pelo novo poder soviético instalado e recebidas por Vigotski com entusiasmo e compromisso, estava a construção de uma escola pública, popular, gratuita e laica. O autor comprometeu-se com o Ministério da Educação da antiga União Soviética ao contribuir com a área da educação das pessoas com deficiência, nomeada como Defectologia. Tornou-se membro do Conselho Científico do Estado – Centro Metodológico do Comissariado de Educação do Povo (Pino, 2002) – e uniu esforços no movimento de construção do Sistema Nacional de Educação que viria a respaldar a organização de uma educação pública regida por princípios democráticos, com vistas a uma escola única para todos os cidadãos em todos os níveis (Krupskaya, 2017). Vale destacarmos que, no projeto de sociedade almejado naquele contexto revolucionário, não havia discussões sobre os direitos humanos, visto que a dignidade humana era princípio já assumido na concretização da nova ordem social. A educação era tida como condição de formação do novo

homem, assumida, portanto, como dimensão social essencial e transformadora. (Vigotski, 2021, p. 8)

Enquanto educadores/as, reconhecendo a diversidade que se manifesta em nossos espaços educativos, vivemos um momento de ressignificação identitária quanto ao nosso desempenho profissional no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência. Por vezes, saberes e práticas têm sido associados à “clinicalização” e à “medicalização”. Ler as obras de Vigotski e associá-las às nossas práticas cotidianas nos reacende o alerta sobre enfatizarmos a deficiência antes da pessoa.

Para além, nos faz refletir sobre o valor atribuído ao laudo médico para que sejam realizadas atividades pedagógicas e, a partir daí, nos atravessam outras inúmeras dúvidas. Afinal, qual a importância do diagnóstico/laudo no desempenho de nossas funções profissionais enquanto educadores/as? Um diagnóstico, materializado por um laudo médico, poderá descrever taxativamente as potencialidades e habilidades de uma pessoa? Será ele instrumento indispensável para reger nosso planejamento de ensino? Será fundamento a determinar o que e como uma pessoa será (ou não) capaz de aprender?

Neste relato, examinamos o conceito de defectologia de Vigotski para investigarmos de maneira crítica este processo crescente de patologização das identidades e para compreender sua teoria em correlação com a prática. Para tanto, optamos por assumir um papel de criticidade acerca do que já é (im)posto socialmente. Moysés e Angelucci (2021) nos dizem que, “sem romantizações e idealizações abstratas, mas, ao contrário, explicitando dificuldades impostas pelos obstáculos que constroem a deficiência, encontramos uma emocionante defesa de sua despatologização. Em síntese, podemos afirmar que em terrenos vigotskianos não florescem processos patologizantes” (p. 11).

Souza e Dainez (2022), ao analisarem a defectologia e a educação escolar, nos trazem reflexões importantes no tocante às críticas de Vigotski a respeito da perspectiva conceitual de deficiência:

¹ Referenciamos especialmente a Teoria Histórico-Cultural (Vigotski, 2000) e os estudos sobre defectologia (Vigotski, 2021).

Com isso, tece contundentes críticas à concepção hegemônica de deficiência baseada no modelo médico-organicista orientado para o reducionismo biológico. Sem desconsiderar a base biológica, contrapõe-se a visões naturalistas e mecanicistas da sua época e examina a deficiência como uma condição humana de desenvolvimento profundamente marcada pela dinâmica social e histórica. Em outros termos, compreende a deficiência como um fenômeno de desenvolvimento sociocultural. (p. 10)

Cabe refletirmos se o laudo exigido por muitas escolas é mesmo indispensável para determinar ou direcionar a atuação pedagógica com estudantes com deficiência. Neste sentido, apresentamos um estudo de caso para analisarmos os processos pré e pós-recebimento de diagnóstico/laudo de uma criança, à época com 7 anos, inclusive trazendo apontamentos sobre eventuais implicações no contexto familiar e social. Nosso objetivo é, portanto, problematizar os motivos pelos quais o laudo se impõe (ainda que não devesse) como instrumento indispensável às práticas em sala de aula. Realizar essa reflexão justifica-se por se tratar de uma investigação da própria prática, indispensável para alavancar a construção de conhecimentos e a inclusão de estudantes com deficiência no plano concreto.

Contextualizando o lócus social do estudo de caso

Jorge² era uma criança de 7 anos de idade que estava inscrita em um projeto de educação complementar, Sesc+ Infância³, localizado em uma unidade do Sesc RJ na cidade de São João de Meriti na Baixada Fluminense, RJ. A criança frequentava o projeto duas vezes por semana, no turno inverso ao escolar, e estava inscrita no grupo de faixa etária entre 6 e 9 anos. As atividades eram destinadas ao

brincar, seguindo a liderança do coletivo, partindo de seus interesses e oportunizando possibilidades de ampliação de perspectivas e pesquisas nas/das infâncias.

O referido projeto de educação é destinado prioritariamente ao público com renda familiar de até 3 salários-mínimos, sendo totalmente gratuito, com inclusão de passeios, uniforme, lanche e atividades para as famílias. Ao iniciar na atividade, a mãe sinalizou que ele não comia fora de casa em hipótese nenhuma, tinha dificuldade de relacionamentos e de aprendizagem na escola e que a inscrição da criança no projeto era uma tentativa de ajudá-lo nessa adaptação escolar.

Jorge costumava ser uma criança bastante participativa, que amava brincar na área externa e tinha um bom relacionamento com os colegas do grupo. Não gostava de estar com o grupo no momento de contação de histórias, dizia achar a atividade chata e desinteressante e, enquanto o grupo ouvia e lia histórias, preferia brincar sozinho, sendo respeitado por todos/as. A hora da saída era o momento mais difícil, pois ele sabia que, findo o projeto, deveria retornar para casa, se arrumar e dirigir-se à escola. Todos os dias, no momento da saída, acontecia sua desregulação: chorava, gritava, brigava com a mãe e se escondia embaixo de uma mesa. A situação era também causa de sofrimento para todas as pessoas que empaticamente buscavam compreender Jorge.

Após alguns momentos de conversa, Jorge ia embora, mas sempre com muita reclamação e demonstrando grande martírio. Nos momentos do lanche, a merendeira que auxiliava na preparação do lanche insistia e conversava com ele sobre a importância de se alimentar fora de casa. Com muito afeto e determinação, a merendeira conseguiu cativá-lo e criou com ele um vínculo de amorosidade. Aos poucos, ele começou a experimentar os alimentos e, gradativamente, foi avançando até chegar o momento em que passou a se alimentar fora de casa.

Paralelamente, a mãe buscava consultas médicas pelo SUS para fechar um “diagnóstico” para a criança, exigência da escola. Fato era que Jorge não demonstrava interesse pela escola e não conseguia realizar as provas dentro dos parâmetros utilizados.

2 Nome fictício

3 O projeto Sesc Infância é um projeto de educação complementar oferecido pelo Serviço Social do Comércio do estado do Rio de Janeiro - Sesc RJ. O Sesc foi criado por empresários do comércio de bens, serviços e turismo em 1946 e atua em cinco áreas: Educação, Lazer, Saúde, Cultura e Assistência.

Sem o diagnóstico, a escola justificou ser impossível realizar adaptações e, conseqüentemente, o estudante foi retido no primeiro ano do Ensino Fundamental. Jorge era bolsista em uma escola regular privada e, se ficasse retido mais uma vez, perderia a bolsa.

Após longos meses de angústias e consultas marcadas em diversos lugares da cidade do Rio de Janeiro, a mãe recebeu um laudo médico com o diagnóstico. Segundo leu expressamente a mãe, em prantos, durante uma das idas de Jorge ao projeto, o laudo era taxativo:

Apresenta prejuízo da linguagem pragmática e interação social, rigidez comportamental (...) Não há medicação que melhore ou reverta o prejuízo de comunicação verbal e não verbal que é o sintoma mais incapacitante de sua doença (...) Necessita de cuidados intensivos em tempo integral.

A responsável chegou ao projeto muito abalada, lendo reiteradas vezes o papel e questionando tudo o que ela via e conhecia sobre o seu filho. Ela questionava se todas as aprendizagens, habilidades, potencialidades e qualidades foram encobertas pelo capacitismo prescrito naquele laudo médico? Com o questionamento da mãe latente é que trazemos para este texto nossas inquietações sobre o impacto que um diagnóstico/laudo tem no processo de aprendizagem de uma criança. Para além, nos incomoda o valor que um diagnóstico/laudo pode ter no processo de construção de identidades de uma pessoa com deficiência.

Ao receber o carimbo da autoridade médica, todas as características de uma pessoa podem mesmo ser resumidas em algumas linhas e silenciados seu histórico de vida e suas potencialidades? O que estas breves linhas do laudo poderão mostrar/ocultar em relação às adaptações curriculares que serão feitas? Será mesmo que Jorge e suas demandas e potencialidades poderão ser subsumidas ao que está no papel do laudo médico?

Problematizando a importância do laudo médico nas práticas pedagógicas à luz de Vigotski

Enquanto o diagnóstico materializado no laudo médico não chegou à escola, Jorge foi excluído e

não pôde ter um olhar atento às suas necessidades específicas de aprendizagem, tendo sido retido e correndo risco de perder a bolsa de estudos. O processo de exclusão (ferindo a própria garantia constitucional do direito à educação), a indispensabilidade do diagnóstico e o estigma que lhe reforçava o laudo médico sugerem um ciclo de violências com impactos psicológicos e sociais para a criança, que também era uma pessoa com atravessamentos de opressões, por sua condição de deficiência e de pobreza, tendo na figura materna o único apoio em busca de respostas para sua “não-aprendizagem”.

Quanto ao papel da escola nesse processo de inclusão/exclusão social, política e acadêmica, vale trazer Vigotski (2021) e seu conceito da despatologização:

No terreno prático, no terreno da educação – como procuramos expor – a defectologia se encontra diante de tarefas cuja solução demanda um trabalho criativo de organização de formas especiais. Para resolver determinados problemas, é preciso encontrar um sólido fundamento tanto para a teoria, para não construir sobre areia, para evitar o empirismo eclético e superficial que caracterizava no espaço, para abandonar a pedagogia hospitalar-medicamentosa e passar a uma pedagogia criativamente positiva, a defectologia deve apoiar-se no fundamento filosófico do materialismo dialético sobre o qual se constrói nossa pedagogia geral e no fundamento social sobre o qual se constrói nossa educação social. Eis, precisamente, o problema da defectologia. (p. 196)

Ou seja, enquanto educadores/as, não podemos nos afastar das pessoas para as quais buscamos ensinar. É na relação com pessoas que criamos pontes para que se materialize o processo de ensino-aprendizagem. A instituição escolar é (ou deveria ser) um espaço humanizado, a zelar pelo direito à diferença, ambiente propício à aprendizagem de todos/as os/as estudantes, pessoas concretas com demandas e potencialidades igualmente concretas. Pessoas concretas não delimitadas abstratamente por laudos médicos e estigmas. Como o próprio

Vigotski (2021) nos diz “por si mesmo, o defeito nada diz sobre o desenvolvimento como um todo. A criança com algum defeito ainda não é uma criança deficiente. Com os defeitos são dados os estímulos para sua superação” (p. 101).

Muitas das limitações são impostas por barreiras atitudinais, fruto do capacitismo estrutural que reforça padrões sociais estereotipados e inacessíveis. Reforçando Vigotski:

Todo o aparato da cultura humana (da forma exterior de comportamento) está adaptado à organização psicofisiológica normal da pessoa. Toda a nossa cultura é calculada para a pessoa dotada de certos órgãos – mão, olho, ouvido – e de certas funções cerebrais. Todos os nossos instrumentos, toda a técnica, todos os signos e símbolos são calculados para um tipo normal de pessoa [...]. (Vigotski, 2011, p. 867)

À gestão escolar cabe não reforçar estereótipos capacitistas, mas contribuir para favorecer habilidades individuais e coletivas. Mesmo no Atendimento Educacional Especializado, o laudo médico assume função complementar, segundo determina a Nota Técnica n. 04/2014, da SECADI - Secretaria Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Isto porque, na escola, quer na classe regular, quer no AEE, o atendimento a estudantes é pedagógico, não clínico. Acompanhando Vigotski, “a criança cujo desenvolvimento é complicado por um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus coetâneos normais, mas uma criança desenvolvida de outro modo” (Vigotski, 2011, p. 148).

Considerações

Diante do relato e dos embasamentos a partir de Vigotski, podemos concluir que o laudo não pode ser um fator determinante para a aprendizagem do indivíduo, uma vez que a influência do meio e

os estímulos oferecidos são o que forma o sujeito e evidencia suas potencialidades.

É preciso retomar o lugar central da educação, que é o atendimento pedagógico e não clínico. Enxergar a escola como um espaço de descobertas, transformações, processos e não como um espaço clínico.

Reconhecer o papel da escola é evidenciar todos os estudantes como seres capazes de criação e desenvolvimento, ampliando a visão para além do número do CID e reconhecendo o estudante como um ser humano com sujeitos e direitos.

Estar em 2023 e ainda ter que discutir e defender conceitos do início do século XX nos faz perceber o quanto ainda precisamos caminhar, mas que os estudos à luz dos pensamentos e conceitos de Vigotski nos permitam compreender a escola como um espaço inclusivo, de criatividade, diversidade e conhecimento.

Referências

- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. (2014). *Nota Técnica Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.* Ministério da Educação.
- Moysés, M. A., & Angelucci, B. (2021). In L. S. Vigotski (Org.), *Problemas de defectologia* (Z. Prestes., & Tunes E, Trads.). E-Papers.
- Souza, F. F., & Dainez, D. (2022). Defectologia e Educação Escolar: implicações no campo dos Direitos Humanos. *Educação & Realidade*, 47, e116863.
- Vigotski, L. S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem / L. S. Vigotski* (P. Bezerra, Trad.). Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2011). A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. *Educação e Pesquisa*, 37(4), 861-870.
- Vigotski, L. S. (2021). *Problemas de defectologia* (Z. Prestes, & E. Tunes, Trads.). Expressão Popular.

Correspondência

Priscila dos Santos Rodrigues Silva Pincos
Rua Nossa Senhora de Fátima, 124 – Olinda – Nilópolis,
RJ, Brasil – CEP 26545-080
E-mail: priscilapincos@yahoo.com.br



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.